



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

PROCESSO: 32358/2014 (5 anexos)

RELATOR: Conselheiro José Roberto de Paiva Martins

PARECER: 0247/2015 – MF

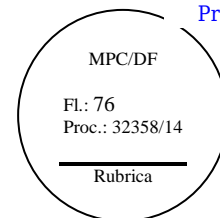
EMENTA: Concorrência n.º 12/2014 – DER/DF, do tipo menor preço, para contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva e assistência técnica dos equipamentos do sistema semafórico operado pelo Departamento de Estradas de Rodagem do DF (DER-DF). Decisão Liminar n.º 12/14, referendada pela Decisão n.º 28/15 - certame suspenso para correção de falhas. Esta fase: Análise de cumprimento de diligência. Órgão técnico considera parcialmente cumprida a diligência e opina pela manutenção da suspensão do certame. Parecer convergente, com acréscimo.

Versam os autos sobre a análise da Concorrência n.º 12/2014 – DER/DF, do tipo menor preço, para contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva e assistência técnica dos equipamentos do sistema semafórico operado pelo Departamento de Estradas de Rodagem do DF (DER-DF), durante o período de 30 (trinta) meses, conforme quantitativos e especificações técnicas descritas e condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo IV) do Edital. O valor total anual estimado da contratação é de R\$ 5,27 milhões.

2. Em fase anterior, a c. Corte, por meio do item II da Decisão Liminar n.º 12/14 (fls. 37/8), referendada pela Decisão n.º 28/15, determinou a suspensão cautelar do certame e a apresentação de esclarecimentos, *in verbis*:

Item II da Decisão Liminar n.º 12/14:

- II. determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, com fulcro no art. 113, § 2º da Lei n.º 8.666/93, c/c o art. 198 do RI/TCDF, a suspensão cautelar do certame em apreço, para que, no prazo de 30 (trinta dias), apresente a esta Corte de Contas as justificativas pertinentes, ou se preferir adote as medidas corretivas em relação às seguintes impropriedades:
- a) ausência de adoção para a licitação em exame da modalidade pregão eletrônico, em desfavor da maior competitividade e transparência do certame, tendo em vista que a natureza do objeto satisfaz às premissas previstas no artigo 1º e seguintes da Lei n.º 10.520/2002;



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

- b) ausência do preenchimento das tabelas de composições de custos de fls. 670 a 673, de modo a justificar a estimativa mensal adotada pela autarquia de R\$ 175.811,11, observando na definição dos preços de referência os percentuais máximos de BDI e encargos sociais definidos na Decisão n.º 544/2010, bem como se abstenha de fixar percentuais na planilha a ser preenchida pelos licitantes;
- c) exigência prevista no item 3.4.3.3 do Edital, na certidão ou atestado a ser apresentado pelo(s) responsável (eis) técnico (s) de experiência na “implantação de sinalização semafórica”, em razão de a atividade a ser comprovada não guardar relação com o objeto principal da futura contratação;
- d) exigência de a licitante comprovar existência mínima dos equipamentos e equipes elencados no item 2.2.7 do Termo de Referência, afrontando as disposições insertas no §6º, do art. 30 da Lei n.º 8.666/1993;
- e) ausência de previsão no instrumento editalício de acordo de nível de serviços, com indicação de possíveis atrasos no atendimento a ocorrências de naturezas diversas, com a descrição minuciosa de cada tipo de ocorrência e indicação explícita das correspondentes penalidades, para fim de controle e avaliação dos resultados e nível de eficiência da contratada, afigurando-se insuficiente a previsão inserta no item 2.2.4 do Termo de Referência para as intervenções das empresas que vier a ser contratada para postes e semáforos acidentados; e discrepância dos preços unitários da relação de materiais e serviços aos valores de mercado, a teor das planilhas de fls. 21 e 22 da Informação n.º 391/2014;

3. Nesta fase, o órgão técnico, mediante Informação n.º 052/15 (fls. 65/73), analisou as justificativas apresentadas pela jurisdicionada (Anexo V). Do todo, considera cumprida parcialmente a diligência, persistindo irregularidades na metodologia utilizada para a formação do custo estimativo, como o uso de preços referenciais de origem duvidosa para custos de pessoal e aluguel de veículos, bem como a manutenção de custos de materiais e serviços com sobrepreços. Nesses termos, sugere manter suspenso o certame e determinar a correção das falhas apontadas, nos termos das seguintes sugestões (fls. 72/3):

- “I – tome conhecimento do Ofício n.º 130/2015 – DG (fl. 64) e documentos anexos, os quais passaram a constituir o Anexo V destes autos;
- “II – considere parcialmente procedentes as medidas corretivas adotadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, determinadas na Decisão Liminar n.º 12/2014;
- “III – determine ao DER/DF que mantenha suspensa a Concorrência n.º 12/2014 – DER/DF, até ulterior deliberação desta Corte, e promova as medidas corretivas a seguir, encaminhando documentação comprobatória ao Tribunal:
 - a) utilize os valores dos custos de pessoal e de aluguel de veículos publicados na primeira versão do edital, nos quais tomaram por base a Tabela de



Ministério Público de Contas do Distrito Federal Gabinete da Procuradora Márcia Farias

Preços de Consultoria do DNIT, desconsiderando os valores cotados pelas empresas juntados às fls. 317/322 do Anexo II destes autos;

- b) recalcule o valor do item “B1 - Valor imobilizado do equipamento instalado (R\$)”, incorporando os novos custos unitários para materiais e serviços informados no Ofício nº 130/2015 – DG;

“V – autorize:

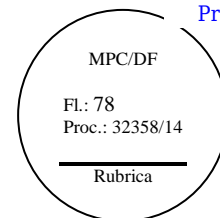
- a) o envio de cópia do Relatório/Voto condutor da decisão que vier a ser proferida e da presente instrução ao jurisdicionado;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.”

4. Concorde o Ministério Público com as ponderações e conclusões da unidade técnica, louvando a perspicácia do d. Auditor Hugo Tomaz Neto Moraes ao apontar montagem e/ou combinação na formação dos preços da planilha de custos, *in verbis* (fls. 70/1):

“24. Constatamos, também, que os valores atribuídos à empresa A originou dos preços ofertados pela empresa MENG Engenharia (fls. 320/322 – Anexo II), e os da empresa B pela empresa SITRAN – Comércio e Indústria de Eletrônica Ltda. (fls. 317/318 – Anexo II). Por outro lado, não identificamos nos autos a origem dos valores atribuídos à empresa C.

“25. Na tabela a seguir, apresentamos a relação existente entre os valores atribuídos às empresas A, B e C na nova planilha de formação dos custos estimativos.

Item	Empresa A	Empresa B	Empresa C	Fator entre os valores		
	(Fls. 320/322 - Anexo II e Fls. 25/27 - Anexo V)	(Fls. 317/318 - Anexo II e Fls. 25/27 - Anexo V)	(Fls. 25/27 - Anexo V)	A / B	C / B	C / A
	MENG	SITRAN	?			
eng coord	13.197,65	11.746,91	13.249,42	1,123	1,128	1,004
secretaria	2.878,82	2.562,37	2.890,11	1,123	1,128	1,004
telefonista	2.134,65	1.900,00	2.365,21	1,124	1,245	1,108
consultor	10.877,70	9.681,98	10.920,37	1,123	1,128	1,004
eng trafego	10.877,70	9.681,98	10.920,37	1,123	1,128	1,004
eng eletricista	10.877,70	9.681,98	10.920,37	1,123	1,128	1,004
desenhista	3.033,45	2.700,00	3.045,35	1,124	1,128	1,004
tec campo	4.200,13	2.900,00	3.270,93	1,448	1,128	0,779
tec eletricista	4.200,13	3.343,21	3.770,83	1,256	1,128	0,898
aux técnico	4.200,13	3.738,43	4.216,60	1,124	1,128	1,004
tec eletronica	4.200,13	3.434,21	3.770,83	1,223	1,098	0,898
aux técnico	4.200,13	3.738,43	4.216,60	1,124	1,128	1,004
tec eletricista	4.200,13	3.343,21	3.770,83	1,256	1,128	0,898
aux técnico	4.200,13	3.738,43	4.216,60	1,124	1,128	1,004
motocicleta	2.557,07	2.275,99	3.000,78	1,123	1,318	1,174
veiculo leve	2.763,81	2.460,00	3.243,39	1,124	1,318	1,174
caminhão munk	12.724,31	11.325,60	14.932,27	1,123	1,318	1,174



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

“26. Pelos dados apresentados no quadro acima, podemos verificar que **os valores apresentam relação entre si, existindo fator de 1,123 na maioria dos valores das empresas A e B, de 1,128 entre as empresas C e B e de 1,004 e 1,174 entre as empresas C e A. A demonstração de existência de fatores entres os preços atribuídos às empresas A, B e C desqualifica a sua utilização na planilha de formação dos custos.** Além disso, como já frisamos anteriormente (§ 24), **não há informação nos autos sobre a origem dos valores atribuídos à empresa C, que, por si só, já tornaria duvidosa a sua validade.**

“27. Em análise ainda mais aprofundada nos **valores ofertados pelas empresas MENG e SITRAN, verificamos incoerência nos valores atribuídos aos profissionais de cargo “Auxiliar Técnico”, que apresentaram valores de salário superiores dos profissionais denominados “Técnico eletricista” e “Técnico eletrônica”. A nosso ver, a lógica deveria ser a oposta, tendo o profissional mais qualificado percebendo salário superior ao menos qualificado.**

“28. Curiosamente, a empresa C, que não possui os dados de origem disponibilizados nos autos, apresentou a mesma incoerência nos salários dos referidos profissionais, confirmando o indício de utilização de fator para sua formação.”
(*destaque nosso*)

5. Com tal evidência da fraude tipificada no artigo 90 da Lei n.º 8666/93, cópia dos autos devem ser encaminhados ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), por força do artigo 102 da Lei n.º 8666/93 e nos termos da Decisão n.º 06/2006.

Artigo 90 e 102 da Lei n.º 8666/93:

Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 102. Quando em autos ou documentos de que conhecerem, os magistrados, os membros dos Tribunais ou Conselhos de Contas ou os titulares dos órgãos integrantes do sistema de controle interno de qualquer dos Poderes verificarem a existência dos crimes definidos nesta Lei, remeterão ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia.

6. No âmbito administrativo, a jurisdicionada deve abrir processo administrativo para identificar possíveis responsáveis envolvidos, empresas e funcionários públicos, e aplicar as penalidades previstas no artigo 87, incisos III e IV, c/c o artigo 88, incisos II e III, ambos da Lei n.º 8666/93, além de outras cabíveis.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal Gabinete da Procuradora Márcia Farias

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

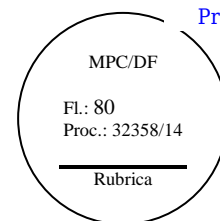
Art. 88. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7. Em face do exposto, em harmonia com a unidade técnica, opina o Ministério Público por que o e. Plenário adote as sugestões alvitradas às fls. 72/3, transcritas no parágrafo 3 deste parecer, com os seguintes acréscimos:



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

- I - por força do artigo 102 da Lei n.º 8666/93 e nos termos da Decisão n.º 06/2006, autorize o envio de cópia dos autos ao MPDFT, tendo em conta a evidência da fraude tipificada no artigo 90 da Lei n.º 8666/93;
- II - determine à jurisdicionada a abertura de processo administrativo para identificar possíveis responsáveis envolvidos, empresas e funcionários públicos, tendo em conta as penalidades previstas no artigo 87, incisos III e IV, c/c o artigo 88, incisos II e III, ambos da Lei n.º 8666/93, além de outras cabíveis, encaminhando o resultado à c. Corte.

É o parecer.

Brasília, 23 de março de 2015.

Márcia Farias
Procuradora